



## GT 044. Mobilidade dos Povos Indígenas: fronteiras, conflitos e desafio dos direitos humanos

Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) - Coordenador/a, Jane Felipe Beltrão (Universidade Federal do Pará) - Coordenador/a, Jorge Eremites de Oliveira (Universidade Federal de Pelotas) - Debatedor/a

O GT pretende reunir trabalhos de pesquisadores/as que tenham pesquisa sobre os novos contextos ou cenários de mobilidade dos povos indígenas, entre aldeias, entre fronteiras, ou mesmo para centros urbanos, realidades às vezes produzidas por deslocamentos forçados motivados por grandes empreendimentos, ou histórias de expulsão de seus territórios tradicionais e as tentativas de retorno na atualidade. Conforme dados do (IBGE 2010) ao redor de um terço da população indígena vive em espaços urbanos, enquanto outra parte vive em áreas de conflito, em acampamentos em margem de rodovias, ou mesmo em áreas tituladas por particulares, na maioria dos casos, em contextos de extrema violência. A mobilidade indígena muitas vezes é forma de resistência a múltiplas formas de violências: territoriais, culturais, políticas, de gênero, dentre outras, às quais os levam a intensa movimentação política com novas posições frente a um Estado usurpador de direitos, ao mesmo tempo em que procuram ocupar novos espaços políticos, como universidades e agências do próprio governo. Assim, este GT pretende reunir pesquisadores/as com afinidade na temática indígena e áreas afins que tragam contribuições para esse debate.

### **Deslocamentos forçados, territorialidade & Povos Indígenas: os anos de chumbo no Relatório Figueiredo**

**Autoria:** Bianca Monteiro Porto da Cunha Ferreira, Bianca Monteiro Porto da Cunha Ferreira Paulo Victor Neri Cardeal

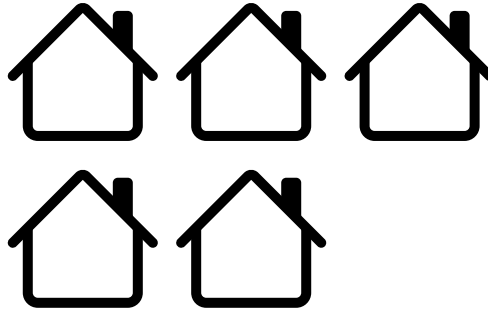
Neste artigo analisa-se a política dos deslocamentos forçados acionada pelo Estado brasileiro em face dos povos indígenas no período da Ditadura Militar (1964-1985), tendo como referência os escritos do Relatório Figueiredo (RF). Este, conjunto documental produzido em pleno período ditatorial (1967) que reúne evidências concretas das irregularidades cometidas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) órgão responsável pela política indigenista entre 1910 e 1967 -, bem como de remoções forçadas e extermínio de comunidades indígenas inteiras por ação ou omissão da referida agência estatal. Busca-se analisar, pois, o que mostra o RF sobre os aparelhos de poder concatenados, burocraticamente, pelo Estado brasileiro e por agentes econômicos, em relação aos povos indígenas a partir da sistêmica prática de deslocamentos e esbulho de seus territórios. Tal reflexão se dará, também, considerando uma microanálise das relações cotidianas de poder, pautadas por violências e violações aos sujeitos etnicamente diferenciados, e dos efeitos sociais destas violências.



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

